

Centrão não impede desapropriação de terra produtiva

Janio de Freitas

Mais um ato típico

Sugerida, com toda a propriedade, a interpeleção judicial ao presidente Sarney, para que apresente ou desminta de uma vez o dossiê contra senadores que compõem a CPI da Corrupção, está agora o presidente, também, sob o risco de uma acusação propriamente dita e, outra vez, contrapondo-o ao Senado. Advogados da Associação dos Atores em Rádio, TV, Cinema e Dublagem estudam a apresentação de uma denúncia judicial em que Sarney seria acusado de crime de responsabilidade.

O argumento de que o ministro Antônio Carlos Magalhães ameaça com o tal dossiê como pessoa, e não como ministro, é de um escapismo barato e ridículo. O próprio Antônio Carlos referiu-se incontáveis vezes ao governo como possuidor e futuro apresentador do suposto dossiê. Outros integrantes do governo ofereceram declarações afirmando a existência do dossiê, declarações, de resto, publicadas e jamais desmentidas.

Além do mais, Antônio Carlos e seus ecos falaram sempre como tentativa de defender o governo a que pertencem, e não a si próprios, como pessoas. Por fim, o senador Mansueto de Lavor apresentou o argumento final: se o presidente, que não foi acusado pelo ex-ministro Bresser Pereira, como responsável pelo governo mandou interpele-lo judicialmente, pela referência indeterminada a "corruptos próximos" do presidente, a mesma responsabilidade justifica que Sarney explique acusações originárias do seu governo, até por que jamais cuidou de as conter ou negar. (E, à margem do confronto central, aqui para os espectadores é um alento ver alguém da estatura moral e intelectual de Raymundo Faoro outra vez na luta por causas públicas, agora como orientador na defesa jurídica da CPI).

O caso que contrapõe atores e Sarney, por sua vez, é assombroso pelo que expõe tanto na subalterni-

dade do governo, como na sem-cerimônia com que repele os mais óbvios princípios institucionais e morais.

Pelo decreto 82.338, que regulamentou a Lei 6.533 de 78 (esta lei fixou as normas para a profissão de artista ou técnico de espetáculos), a Polícia Federal ficou obrigada a exigir com antecedência, através da Censura, o comprovante do pagamento de direitos autorais para que os programas possam ser transmitidos. A lei vige há 10 anos — sem aplicação. Esgotados todos os outros caminhos, a Associação dos Atores recorreu à Justiça com mandado de segurança. E, claro, teve reconhecida a justiça de sua causa.

Em fins de abril, Polícia Federal e representantes dos atores discutiram as formalidades para o cumprimento da lei e, sem maior dificuldade, estabeleceram-se os procedimentos satisfatórios. Pela mesma altura, porém o presidente Sarney mandava elaborar um decreto revogando os dois artigos da lei que tornavam obrigatória a cobrança, pela PF, dos direitos autorais. Com este decreto, que levou o número 95.971 e figurou no "Diário Oficial" de 28 de abril, assinado também pelo ministro Paulo Brossard, Sarney não apenas impingiu aos artistas um dano global, caracterizadamente muito global, como impediu o cumprimento de uma sentença de Justiça.

Diz o Artigo 82 da Constituição, ao tratar "da responsabilidade do Presidente da República", que "são crimes de responsabilidade os atos do Presidente que atentarem contra (item VII) o cumprimento (...) das decisões judiciárias". E, pelo artigo seguinte, depois que dois terços dos deputados declaram procedente a acusação, "o Presidente será submetido a julgamento (...) perante o Senado Federal", ficando "suspensão de suas funções se declarada procedente a acusação".

Vê-se que o problema não é a CPI. É a presidência mesmo.

Da Sucursal de Brasília

O Centrão não conseguiu ontem os 280 votos necessários para aprovar, no plenário do Congresso constituinte, sua emenda sobre reforma agrária.



Foram 248 votos a favor e 242 contra, além de 37 abstenções, que se transformaram no fator determinante do resultado. A maior parte dos que se abstiveram preferiram deixar claro que defendem um acordo com a esquerda. Mas do que uma derrota do Centrão, o resultado foi negativo para a UDR (União Democrática Ruralista), entidade que resistiu ao acordo durante o dia.

O regimento interno, no entanto, determina que haja nova votação hoje, por se tratar de uma emenda assinada por mais de 280 parlamentares. O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou sessão para as 20h de hoje. O dia deverá ser ocupado com negociações.

O plenário votou pouco antes das 20h de ontem, sob clima tenso. Os discursos de encaminhamento polarizaram-se na desapropriação de terras produtivas para efeito de reforma agrária. O último a falar, o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), foi enfático ao defender um acordo, afirmando que votaria contra a emenda do Centrão e o texto aprovado pela Comissão de Sistematização, apoiado pela esquerda. Para aqueles que não concordassem com este caminho, sugeriu a abstenção. "Quem sabe que cicatrizes ficarão se esta Casa não chegar a um acordo?", indagou Cabral.

Ao discursar contra a emenda do Centrão, o senador José Richa (PMDB-PR) afirmou que havia sinais de entendimento na "órbita política", mas as entidades "de ambos os lados, não querendo perder seus palanques eleitorais, inviabilizaram o acordo". Richa — que substituiu o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), por decisão dos líderes do centro-esquerda — defendeu o voto "não" à proposta, forçando-se um acordo posterior.

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) disse que "atacar a propriedade produtiva é arrasar a feição produtiva do país". Segundo Passarinho, o texto da Sistematização preserva apenas as pequenas e médias propriedades "mesmo que não sejam produtivas".



O plenário do Congresso constituinte ouve o discurso do senador Mário Covas, líder do PMDB (na tribuna)

Roteiro para a votação de hoje

- 1 A sessão será reaberta às 20h, para completar o prazo de 24 horas previsto no regimento interno para os casos em que emendas coletivas não tenham maioria, seja favorável ou contrária.
- 2 Será votada novamente o projeto do Centrão (que ontem não atingiu 280 votos).
- 3 Caso haja acordo, o projeto do Centrão será aprovado, para que exista um texto base. Serão ressalvadas emendas destacadas para votação no regimento interno para os casos em que emendas coletivas não tenham maioria, seja favorável ou contrária.
- 4 Se permanecer o entendimento, o texto do Centrão pode ser aprovado (com mais de 280 votos) e passará a valer. A esquerda tentará modificá-lo com emendas individuais. Se o texto for rejeitado, entra em votação o projeto da Sistematização.
- 5 Aprovado o texto da Sistematização, o Centrão tentará modificá-lo com emendas individuais. Se o projeto for rejeitado ou não alcançar a maioria, o plenário cairá no "buraco negro".
- 6 O "buraco negro" suspende a sessão por 48 horas, prazo no qual o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e os líderes partidários deverão produzir um novo texto que consiga o apoio de 280 parlamentares.

Abstenções provocam adiamento

Estes são os 37 constituintes que se abstiveram na votação de ontem provocando a retomada das negociações:

Alfredo Campos (PMDB-MG); Antonio Carlos Mendes Thame (PFL-SP); Arnaldo Moraes (PMDB-PA); Aureo Mello (PMDB-AM); Carlos Chiarelli (PFL-RS); César Cals Neto (PDS-CE); Cláudio Ávila (PFL-SC); Del Bosco Amaral (PMDB-SP); Edme Tavares (PFL-PB); Eraldo Trindade (PFL-AP); Erico Pegoraro (PFL-RS); Evaldo Gonçalves (PFL-PB); Gerson Camata (PMDB-ES); Gil César (PMDB-MG); Guilherme Palmeira (PFL-AL); Hélio Costa (PMDB-MG); Hélio Rosas (PMDB-SP);

Heráclito Fortes (PMDB-PI); Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG); Ivo Vandierlinde (PMDB-SC); Jesualdo Cavalcanti (PFL-RJ); Joaquim Haickel (PMDB-MA); José Jorge (PFL-PE); José Ulysses de Oliveira (PMDB-MG); Leopoldo Bessone (PMDB-MG); Leopoldo Peres (PMDB-AM); Lúcio Alcântara (PFL-CE); Luiz Viana Neto (PMDB-BA); Maria Lúcia (PMDB-AC); Michel Temer (PMDB-SP); Nabor Júnior (PMDB-AC); Onofre Corrêa (PMDB-MA); Paulo Zazur (PMDB-SP); Roberto Torres (PTB-AL); Sandra Cavalcanti (PFL-RJ); Ulysses Guimarães (PMDB-SP); Wagner Lago (PMDB-MA).

Grupos mostram consenso sobre o Sistema Financeiro

Da Sucursal de Brasília

Será tranquila a aprovação do único artigo, dividido em incisos e parágrafos, que forma o capítulo "Do Sistema Financeiro Nacional" — a ser votado logo após a definição da reforma agrária. Não há nenhuma divergência entre o Centrão e o texto aprovado pela Comissão de Sistematização.

"São praticamente iguais", disse ontem o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da sub-comissão do Sistema Financeiro e um dos responsáveis pelo projeto da Sistematização. O ex-ministro da Fazenda e deputado federal Francisco Dornelles (PFL-RJ), um dos relatores do Centrão, sustentou o acordo: "O Centrão apenas aperfeiçoou a redação".

Apesar desta aparente tranquilidade entre os líderes, alguns deputados descontentes com o texto estão dispostos a submeter à votação emendas que modificam total ou parcialmente as regras de funcionamento do sistema financeiro. O deputado Luiz Gushiken (PT-SP), por exemplo, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, apresentou uma proposta que estatiza todo o mercado financeiro.

O que muda

A partir da promulgação da nova Constituição, dezenas ou até mesmo centenas de novos bancos poderão ser abertos. Isto será possível, porque a autorização para o funcionamento destas novas instituições dependerá apenas da avaliação, por parte do Banco Central, da capacidade técnica e da reputação dos interessados no empreendimento. Atualmente, novos bancos só podem ser abertos com a concessão, por parte do Banco Central, de uma "carta-patente" ou da transação comercial (compra e venda) de uma destas cartas.

"É um sistema cartorial", disse Gasparian, ao criticar o modelo em vigor. Para evitar que uma "carta-patente" se transforme em objeto de venda e compra, os dois projetos a transformaram em "autorização inegociável e intransferível". O Banco Central não poderá cobrar nada ao conceder a autorização para a criação de uma nova instituição

financeira. "Os novos bancos vão estimular a competição e forçarão a queda dos juros", acrescentou Gasparian.

A segunda novidade dos projetos viabiliza a existência e sobrevivência destas novas instituições financeiras. Seguindo o modelo americano, lei complementar criará um fundo ou seguro, que proteja a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor. A partir da existência deste fundo, o Estado não poderá intervir em instituições falidas para sanar seus problemas de caixa. "Isto sempre tem resultado na socialização do prejuízo", afirmou Gushiken.

Por último, os grupos concordam com a criação de uma lei que fixe as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras nacionais. Três critérios orientarão estas condições: os interesses nacionais, os acordos internacionais e os critérios de reciprocidade.

Juros fixados

Gasparian está reunindo apoio para uma emenda que fixa em 12% ao ano a taxa de juros cobrada em operações de crédito. Membros da Frente Parlamentar Nacionalista e as bancadas de esquerda do Congresso constituinte votarão a favor da proposta. "Não existe problema mais sério no país que não sejam os juros. Ninguém compra a crédito, impedindo o crescimento industrial", afirmou Gasparian.

Mesmo concordando que este não se trate de um tema constitucional, ele insiste em sua inclusão. "Colocar taxa de juros na Constituição é um absurdo semelhante à licença-paternidade. Isso é um problema da política monetária", disse o deputado José Geraldo (PMDB-MG), um dos negociadores do Centrão. A mesma restrição é compartilhada por parlamentares do PMDB, como José Serra (SP).

O deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), da Frente Parlamentar Nacionalista, propõe uma emenda que nacionaliza o sistema financeiro. Apesar de descartada pelos coordenadores dos grupos, a febre nacionalista do plenário reacende as esperanças da Frente.

Dropes

PMDB — O deputado Genebaldo Corrêa, presidente do PMDB-BA, disse ontem que entregará ao deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), um documento assinado pelos presidentes dos diretórios regionais propondo o adiamento da Convenção Nacional do partido para depois da promulgação da nova Constituição.

Visita ao Brasil — O chefe do governo da Tchecoslováquia, Lubomir Strougal, anunciou ontem que visitará o Brasil nos próximos dias, atendendo a um convite do presidente José Sarney. Strougal não revelou a data, mas já está preparando o seu programa da viagem.